





Informativo Oficial do Sindicato dos Bancários do ABC
Ano XXV
Edição 1018
23abr2019







#### Caixa e Banco do Brasil

Contratações são urgentes.

### Reunião no Santander

#### Desmonte da Previdência

Reforma vai trazer mais desemprego e pode até taxar VR. <sup>Pág. 3</sup>

Bolsonaro quer fim da política de valorização do salário mínimo. Entidades sindicais já se mobilizam para evitar que alteração seja aprovada no Congresso.

Leia na página 4

Desvalorizar o salário mínimo é investir na **(1)** 



#### Caixa

## Em defesa dos empregados e da função social da Caixa

Em mesa de negociação permanente, empregados questionaram medidas que enfraquecem o banco e itens como intervalo de 30 minutos e Saúde Caixa, entre outros

A mesa permanente de negociação com a direção da Caixa, realizada no dia 12 de abril, foi marcada por um protesto dos empregados contra a saída do banco do Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e a redução da representação dos trabalhadores nessa mesma instância. Os representantes dos empregados cobraram a falta de posicionamento da direção do banco sobre a medida e exibiram uma faixa em defesa do fundo. O diretor do Sindicato Jorge Furlan participou do encontro, representando a Fetec-SP.

Entre outros pontos, a representação dos empregados voltou a cobrar também melhorias nas condições de trabalho dos te-



soureiros, respeito à jornada de trabalho nas agências digitais, transparência no Saúde Caixa, intervalo de 30 minutos, fechamento de agências e descomissionamentos. Para saber mais sobre cada item acesse a página do Sindicato, e lembre-se da importância de participação no 35º Conecef, que será realizado nos dias 15 e 16 de junho, pois há muitos desafios presentes e o momento exige unidade, mobilização e elaboração de estratégias de luta.

#### Banco do Brasil

# BB muda regionais, mas continua sem bancários suficientes

O Banco do Brasil continua a promover uma série de alterações na região relativas às regionais. Agora, a Gerev São Bernardo cuida apenas das agências de atendimento, enquanto as agências mistas (nas quais prevalece ainda o modelo com gerentes Pessoa Física e Pessoa Jurídica e o atendimento geral) passam à regional Osasco.

Segundo o banco, na medida em que houver migração para o novo modelo, essas agências poderão retornar para a Gerev SBC. No entanto, nas condições atuais as competências deixaram de ser por área territorial e passaram a ser por especialidades.



FABRINNI, DIRETOR SINDICAL

"Estamos cobrando o banco sobre essas alterações. Hoje, só na região do ABC atuam várias regionais, e as mudanças viraram 'parte da paisagem'. Mas todo esse malabarismo não muda a realidade da falta de trabalhadores e consequente aumento da pressão sobre os bancários", aponta o diretor sindical Natalino Fabbrini Filho, também funcionário do BB.

Prova concreta dessa necessidade de contratação imediata é que o banco desloca o funcionário para outra cidade para cobrir a mão de obra faltante nas agências.

O Sindicato está acompanhando esses desdobramentos e alerta aos traba-Ihadores que, caso sejam mandados para outra cidade, devem ter o direito de opção. Se recusarem, terão o apoio da entidade sindical. Caso concordem. devem ter assegurados todos os custos adicionais, sem prejuízo econômico e para a vida social. Em caso de dúvidas ou denúncias, entre em contato com o Sindicato.

#### Santander

## Unificação de cargos será discutida dia 25

Representantes dos bancários e do banco Santander têm encontro marcado para 25 de abril, quando serão a b o r d a d a s



AGEU, DIRETOR

questões como a unificação de cargos nas agências e a alteração das bandeiras nos vales refeição e alimentação. O aumento nos planos de saúde e coparticipação, além da ameaça de abertura das agências nos finais de semana, integram a pauta.

"Nunca uma gestão provocou tantos transtornos na vida dos funcionários, a começar, por exemplo, pela mudança na data de pagamento", avalia o dire-

tor sindical e funcionário do banco Ageu Ribeiro. Ele aponta, ainda, que há denúncias de assédio moral, infernizando a vida dos bancários na região. "Vamos exigir cumprimento de acordo que inibe esse tipo de prática. O Sindicato está apurando evidências para fazer valer o que está escrito", destaca.

Abril de 2019

#### Previdência

## Aulas públicas informam sobre prejuízos da reforma

Elas acontecem em praças e espaços centrais das cidades da região, com organização do Sindicato

Você sabe exatamente o que acontecerá caso a reforma da Previdência seja aprovada? Sabe quais serão seus impactos na vida de cada trabalhador e para a economia do País? É com o objetivo de esclarecer esses e outros pontos que o Sindicato vem realizando, a partir desse mês de abril, aulas públicas em locais de grandes concentrações de pedestres no ABC. Com a presença de diretores da entidade, sindicalistas de diferentes categorias, professores e especialistas, as aulas acontecem das 10h às 16h, com questionamento aberto à população.

As atividades já aconteceram em Santo André, nas ruas Oliveira Lima e Senador Fláquer, e no Largo da Matriz, em São Bernardo. Na semana passada, entre os dias 16 a 18, também foram realizadas na Praça Santa Filomena, na Marechal Deodoro, centro de São Bernardo. Para essa semana estão previstas em Diadema, de 23 a 25 na Praça Castelo Branco. "Nós queremos que esse debate, tão importante, seja acessível a todos os trabalhadores, porque todos serão prejudicados se a reforma passar", aponta o secretário-geral do Sindicato, Gheorge Vitti.



Assim, estão sendo convidados novos participantes e programadas aulas nas demais cidades do Grande ABC. Quem passa pelos locais de exposição também pode assinar o abaixo-assinado que será encaminhado aos parlamentares do Congresso Nacional, para que não aprovem essa reforma. Além dos painéis em espaços públicos o Sindicato também informa sobre o tema da Previdência em suas mídias, com vídeos, informativos e o "aposentômetro", instrumento criado pelo Dieese para que se possa calcular e comparar as condições de aposentadoria atual e a proposta pela reforma.

Acesse o site e confira o tamanho do prejuízo!

# Aposentadoria tardia, mais meio milhão de desempregados, cobrança no VR...

Se de fato a reforma da Previdência proposta pelo governo for aprovada deve afetar severamente o mercado de trabalho, e não apenas porque será necessário trabalhar muito mais, sem deixar a vaga para os mais jovens. A drástica redução da massa de benefícios previdenciários e assistenciais (que serão desvinculados do salário mínimo e não terão garantida seguer a correção monetária) deverá produzir forte impacto negativo na nas famílias brasileiras de baixa renda.

De acordo com o economista Marcelo Manzano, em análise publicada no site da Fundação Perseu Abramo, pelas contas apresentadas pelo próprio Ministério da Eco-

nomia com a tal meta de "um trilhão de reais" serão subtraídos dos bolsos dessas famílias um montante anual de 87 bilhões de reais, dos quais 68,7 bilhões corresponderão à redução das despesas com o RGPS. Outros 18.2 bilhões virão dos cortes do BPC e da aposentadoria rural. "Considerados em conjunto, a economia de recursos públicos com as reformas do RGPS e da seguridade social deverá reduzir em um ponto percentual a taxa de crescimento anual do PIB nos próximos dez anos", explica. Com mais pessoas no mercado e menor volume de ocupações, as taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho deverão avançar ainda mais intensamente.

Vale-refeição - Outra possibilidade muito negativa aberta pela reforma é que benefícios como o vale-refeição, por exemplo, passem a integrar a base de cálculo da contribuição para o INSS. Um artigo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) encaminhada ao Congresso prevê que as alíquotas devem incidir sobre rendimentos do trabalho "de qualquer natureza". Assim, corre risco não apenas o VR, mas também as verbas de natureza indenizatória. como adicional de férias, aviso-prévio, os primeiros 15 dias do auxílio-doença e acidente, participação nos lucros... Mais uma prova cabal de que essa reforma não foi feita para atender ao trabalhador, mas sim ao mercado e empresas.

# Na Pressão: acesse o site e envie seu recado

É hora de reforçar a pressão sobre os deputados e deputadas que compõem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que analisa a proposta de reforma da Previdência. Por isso, neste primeiro momento, em que a PEC 6/2019 está sendo apreciada na CCJ, a campanha do site **Na Pressão**, reformulado pela CUT, está voltada aos deputados integrantes desta comissão. Mas também é possível mandar mensagens diretamente para os demais parlamentares, inclusive por estado, e saber como estão posicionados até o momento. O acesso é simples e pode ser feito pelo celular, laptop ou computador. Basta acessar

#### www.napressao.org.br

e mandar seu recado contra a reforma que, se aprovada, vai prejudicar enormemente trabalhadores da ativa e até quem já se aposentou, por várias gerações. Confira mais sobre esses prejuízos nas matérias dessa página, e não deixe de compartilhar com os amigos.



#### Política

## Bolsonaro quer fim da política de valorização do salário mínimo

Entidades sindicais já se mobilizam para evitar que alteração seja aprovada no Congresso

Nem bem completou seus 100 dias carregados de confusões e polêmicas, o presidente Bolsonoro desferiu novo ataque à classe trabalhadora, com a proposta de dar fim à política de valorização do salário mínimo anunciada no último dia 15. "Acaba esse instrumento importante de elevação do poder de compra dos menores salários da economia brasileira", advertiu, em comentário na *Rádio Brasil Atual*, o diretor técnico do Dieese Clemente Ganz.

Sem a política de valorização do salário mínimo implantada em 2004 hoje a remuneração poderia ser de R\$ 573, ou seja, R\$ 425 menos do que o atual, de R\$ 998.

"Esses R\$ 425 colocam na economia R\$ 265 bilhões ao ano", destaca Ganz. "É uma política fundamental para diminuir as desigualdades e essencial para que o mínimo, crescendo, se aproxime do valor do salário necessário calculado pelo Dieese, que hoje é de R\$ 4.300",

justifica o diretor técnico.

O ataque consta do texto que traça as diretrizes para o Orçamento do ano que vem, no qual Bolsonaro propõe que o piso do salário mínimo seja de R\$ 1.040 a partir de janeiro de 2020. O valor prevê apenas a reposição da inflação, estimada em 4,2% este ano, sem aumento real.

Se essa proposta for aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro, quando os parlamentares votam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte, será oficialmente extinta a Política de Valorização do Salário Mínimo, que foi negociada entre a CUT e demais centrais sindicais e o governo do ex-presidente Lula em 2004.

"Nós não vamos deixar essa tragédia acontecer. Vamos procurar os deputados, vamos de gabinete em gabinete, se for preciso, falar sobre a importância desta política para o Brasil e os brasileiros, em especial os mais pobres", diz o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Segundo Vagner, além do aumento da média salarial dos trabalhadores que ganham próximo ao piso, cerca de 70% dos municípios do país (3.875 cidades) têm como maior fonte de renda os benefícios pagos pela Previdência Social, a maioria com base no salário mínimo.

100 dias sem governo - Começou muito mal o governo Bolsonaro, cujos 100 dias de poder (completados em 10 de abril) foram uma mescla de atitudes controversas, brigas com a própria equipe (dois ministros defenestrados), denúncias contra sua família por envolvimento com milicianos, recuos depois de bravatas, nenhuma melhora na economia (o desemprego é recorde), decretos e portarias que atingem diretamente empresas públicas (inclusive os bancos) e seus empregados e, claro, como resultado de tamanho desgoverno, uma desa-



provação também recordista. De acordo com a pesquisa CUT/Vox Populi, subiu de 46% para 70% o percentual de brasileiros insatisfeitos com relação ao Brasil, entre setembro do ano passado, antes da eleição, e abril deste ano, após os cem dias de mandato. Do total, 53% declararam estar insatisfeitos e 17% muito insatisfeitos. "É uma situação terrível, estamos todos no mesmo barco, mas até quem votou em Bolsonaro já começa a perceber que ele não tem a menor condição de governar" avalia o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira (foto).



### Dia de relembrar vítimas no trabalho e reivindicar melhorias

ta.

deve

poraue

servir

para apoiar

os bancários

em seu tra-

balho, e não

para causar

mais danos,

com adoeci-

Categoria bancária registrou 61,7% de aumento nos casos de transtornos mentais

O 28 de abril marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho. Infelizmente, o Brasil figura entre os países com grande incidência de casos, e na categoria bancária esse crescimento se reflete principalmente no adoecimento, com prevalência dos transtornos mentais. A data será lembrada em audiência pública que acontece no dia 29 na Assembleia Legislativa, a partir das 9h. Entre 2009 e 2017 a quantidade de trabalhadores de

bancos afastados por transtornos mentais cresceu 61,5% e o total de afastados aumentou 30%. Mas o núme-

ro pode ser maior, devido à subnotificação. "O Sindicato vem discutindo essa situação em mesas específicas e na elaboração de campanhas, como a **Menos metas, mais saúde**. Também a questão do avanço tecnológico está em nossa pau-



mento e demissão", aponta a secretária de Saúde do Sindicato, Adma Gomes, lembrando que a CCT da categoria traz itens importantes sobre assédio moral e organizacional, mas é preciso avançar mais, e o Sindicato em breve dará início a campanha em prol do trabalho digno e livre de adoecimentos. Comparativamente, o au-

mento no total de afastados foi muito maior do que o crescimento de trabalhadores bancários. Em 2009 a categoria bancária somava 462 mil trabalhadores. Oito anos depois passou para 467 mil (1%). Já os bancos respondem por apenas 1% dos empregos no Brasil, mas foram os responsáveis por 5% do total de afastamentos por doença no País entre 2012 e 2017.





